



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

CONSCIÊNCIA INGÊNUA EM ÁLVARO VIEIRA PINTO: SUA MANIFESTAÇÃO NA PRÁTICA CIENTÍFICA

BRENO AUGUSTO DA COSTA¹

Resumo: O objetivo deste texto é examinar a concepção de consciência ingênua oferecida pelo filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto e propor um exame de sua manifestação na prática científica atual. Foi apresentada sua definição de consciência ingênua e crítica, suas raízes e relações com a realidade. Em seguida apresentamos sua fenomenologia do pedantismo como um traço da consciência ingênua. Também mostramos aplicação destas reflexões na prática científica atual através da análise daquilo que denominamos “anglosaxofilia”, que é a adoração exagerada, quase mística, às produções científicas de língua inglesa. Concluímos apontando a relevância de uma proposta superadora deste quadro, o que é feito pela apreensão crítica da realidade e a tomada de uma atitude decolonial.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto. Filosofia da ciência. Pensamento decolonial.

1 Instituto Federal do Triângulo Mineiro

NAÏVE CONSCIOUSNESS IN ÁLVARO VIEIRA PINTO: THE MANIFESTATION IN THE SCIENTIFIC PRACTICE

Abstract: The aim of this paper is to examine the conception of naïve consciousness provided by the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto and to propose an exam of its manifestation in the contemporary scientific practice. It was shown his definition of naïve and critical consciousness, its roots and relations with reality. Next, we presented his phenomenology of pedantry as a trait of naïve consciousness. We also showed an application of these reflections in the contemporary scientific practice through the analytic of what we called “anglosaxophilia”, which is the exaggerated adoration, almost mystic, of the scientific production of English language. We conclude pointing the relevancy of a overcoming proposal of this framework, what is made by a critical apprehension of reality and a decolonial doing.

Keywords: Álvaro Vieira Pinto. Philosophy of science. Decolonial Thought

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é examinar a concepção de consciência ingênua oferecida pelo filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto e propor um exame de sua manifestação na prática científica atual. Nossas referências conceituais e metodológicas são compostas especialmente pela obra de Álvaro Vieira Pinto e do pensamento decolonial (BALLESTRIN, 2013; MARTINS, 2019, QUIJANO, 2010). Nosso itinerário reflexivo parte de uma recapitulação das duas modalidades de consciência, ingênua e crítica, a partir da concepção inicial do filósofo (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I), depois apresenta-se o traço pedante da consciência ingênua conforme descrito por ele e, por fim, é feita uma analítica de um traço que chamamos como “anglosaxofilia”, isto é, à adoração exagerada, quase mística, às produções científicas de língua inglesa. Trata-se de um exemplo concreto de como a concepção de consciência coletiva oferecida por Vieira Pinto é fecunda para examinar a realidade nacional. Nos preocupamos com os aspectos práticos da superação da ingenuidade via consciência crítica e pela decolonização do saber, o que foi trabalhado na conclusão.

Neste trabalho compreenderemos por prática científica a atuação profissional de pesquisadores, acadêmicos e docentes universitários, estes encarregados da formação dos aplicadores da ciência ou dos inovadores neste campo, pois a ciência possui um aspecto *repetidor*, isto é, de ensinar as técnicas vigentes em determinada sociedade, e outro *inovador*, da descoberta de novas e qualitativamente superiores

(VIEIRA PINTO, 1969). Nosso foco incide especialmente sobre as ciências humanas e sociais, entretanto tais reflexões podem e devem ser distendidas às outras divisões da prática e pesquisa científica. Uma vez que tratamos da consciência dos pesquisadores, isto é, a base cognoscitiva para sua atividade, seu comportar-se e pensar, é de se esperar esta amplitude de sua manifestação concreta, que ultrapassa campos abstratamente construídos.

Entendemos que essas reflexões guardam especial relevância para a metodologia científica, epistemologia e sociologia da ciência, pois se referem às condições sociais em que a prática e o ensino da ciência são empreendidos em nosso país. Todavia é preciso salientar que existem evidentes interesses práticos em nossas intenções, pois denunciar as limitações encontradas em nosso campo científico é a base para o anúncio do projeto de sua superação.

O CONCEITO DE CONSCIÊNCIA INGÊNUA EM ÁLVARO VIEIRA PINTO

As principais reflexões de Álvaro Vieira Pinto sobre a consciência ingênua e sua antípoda, a consciência crítica, encontram-se naquela que é uma de suas principais obras: “Consciência e realidade nacional” (1960). Segundo ele, seu propósito não foi “discutir o problema genérico da relação entre o pensamento e a coisa, entre a consciência e a realidade, mas apenas o das relações entre a representação de uma consciência coletiva e a realidade nacional correspondente” (1960, vol. I, p. 15). Seu intuito era contribuir para o desenvolvimento nacional, através do exame dos reflexos na consciência social suscitados pelas transformações em andamento no país. A obra foi dividida em dois volumes, sendo que no primeiro “através da descrição fenomenológica, o autor realiza um trabalho crítico-negativo e, no segundo, expõe a dimensão positiva da tarefa filosófica estabelecendo as categorias constitutivas da consciência crítica” (CÔRTEZ, 2003, p. 94).

Vieira Pinto faz a seguinte definição: “a consciência ingênua é, por essência, aquela que não tem consciência dos fatores e condições que a determinam. A consciência crítica é, por essência, aquela que tem clara consciência dos fatores e condições que a determinam” (1960, vol. I, p. 83, grifos no original). O qualificador “ingênua” é empregado por ele, pois resume os traços que definem essa modalidade de pensar. Por sua vez, a consciência crítica é assim qualificada, porque:

de fato, é uma consciência permanentemente atenta em denunciar as influências a que está submetida e criticá-las. É crítica no sentido etimológico da palavra, porquanto procede à ‘crise’ isto é, à separação dos fatores atuantes, e capaz de aproveitar a significação de cada um, a força da respectiva motivação e, de modo geral, o resultado deles, expresso nos julgamentos a que é levada em virtude de sua inclusão no contexto histórico, onde assentam os fundamentos de suas atitudes e de seu modo de pensar (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, pp. 84-85, grifos nossos).

Para uma exposição etimológica e filosófica da *crise* poderíamos recorrer a Mário Ferreira dos Santos (2017), que a apresenta como sendo um fator condicionador básico da consciência. Para afirmar-se, ela precisa separar e marcar com nitidez as coisas que são, isto é, efetuar a crise (*krisis* em grego, separar, distinguir). Ainda que em sua forma superior, coletiva, a consciência seja um atributo humano, ou seja, compartilhado por todos, Vieira Pinto concebe que ela pode alcançar esquematicamente duas qualidades opostas: ingênua e crítica, a depender de sua relação com o real e a representação que dele a pessoa faz.

A partir das reflexões de Vieira Pinto (1960, vol. I, p. 20 e segs.), é possível fazer a distinção entre outras modalidades de consciência, como *consciência culta* x *consciência inculta*, que se refere à clareza e riqueza da representação da realidade, sendo determinada pelo estudo ou pela aquisição de erudição; e *consciência autêntica* x *consciência inautêntica*, referindo-se ao teor de verdade da representação dessa consciência, da fidedignidade entre o pensar e a realidade. Muito embora a consciência crítica possa apresentar-se nas formas culta e inculta, assim como a ingênua, a autenticidade da representação é atributo privilegiado da consciência crítica, pois só ela reflete de forma verdadeira a realidade nacional. Segundo Vieira Pinto “as proposições oriundas do pensar ingênuo não são nem verdadeiras nem falsas, mas, justamente, ingênuas” (1960, vol. I, p. 22).

A gênese das modalidades de consciência é o contexto social e econômico de determinada coletividade, que pode abrir à pessoa um mundo estanque, em que devem trabalhar na rude faina da produção da subsistência, o que é a realidade dos países semicoloniais e promove uma consciência ingênua, sensitiva, que sofre e sabe disso; ou então pode abrir um mundo em pleno desenvolvimento, industrialização, em que o trabalho é incrementado por novas técnicas e o trabalhador se conscientiza das suas condições de existência e das suas possibilidades de ação e transformação da realidade: sua consciência se torna indagadora e crítica em seguida. Ele sofre e sabe os porquês desse sofrimento, e assim é capaz de engajar-se em um projeto de libertação nacional. A consciência da realidade nacional sempre se espalha em coletividades mais ou menos heterogêneas, todavia nunca é monádica, pois, se o fosse, seria apenas fruto de uma experiência pessoal isolada, não recebendo a validação social (VIEIRA PINTO, 1956; 1960).

Ainda a respeito da gênese das modalidades de consciência, Vieira Pinto (1982) mostra uma das formas através das quais os contornos nacionais determinam o feixe de possibilidades de suas coletividades. A educação, que é o processo pelo qual o ser humano se faz e é feito ser humano, se desenvolve com base no processo econômico de dada sociedade. É a sociedade que determina as possibilidades e condições culturais, a distribuição das probabilidades educacionais, gerando aquilo que é chamado pela literatura especializada de “dualidade educacional”

(CIAVATTA, 2005; MOURA, 2007; SAVIANI, 2007): para uns o Ensino Básico prepara para o acesso à universidade e aos cargos de liderança através de uma ênfase nas humanidades, para outros o mesmo Ensino prepara para o trabalho rudimentar, pouco avançado tecnologicamente e pouco valorizado socialmente.

Apesar de tudo, a distinção entre consciência ingênua e crítica é a principal e a mais importante, pois a escolha entre essas duas modalidades de pensar significa a decisão entre a “justa ou errônea interpretação da realidade e, portanto, ação eficaz ou ineficiente” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 426), porque a consciência que uma pessoa tem determina suas ideias que, por sua vez, concretizam-se enquanto o agir humano.

Álvaro Vieira Pinto aponta que a consciência crítica é guiada, na sua apreensão da realidade e intervenção sobre ela, por sete categorias gerais: objetividade, historicidade, totalidade, racionalidade, atividade, liberdade e nacionalidade. Por sua vez, o pensamento ingênuo seria fruto de impressionismos de cunho individuais e moralistas (VIEIRA PINTO 1960). É exatamente por isso que, para se referir à consciência ingênua, ele lança mão de várias expressões. Norma Côrtes, realizando um estudo do livro, elenca os seguintes termos empregados por seu autor: “consciência desarmada; parva, singela; pensamento pueril; representação cândida; primária; espírito despreparado; simplista; inocente; consciência simplória; elementar; imperita; malformada; mentalidade irrefletida; precária; simples; infortunada; deformada; consciência desocupada” (2003, p. 99).

Para demonstrar a fecundidade das reflexões de Vieira Pinto sobre consciência ingênua e crítica basta considerar a produção de Paulo Freire (2016), quem, baseado no pensamento do filósofo, deu grande relevância ao conceito de *conscientização, processo constitutivo do pensar crítico*, como superador do pensamento mágico, uma das manifestações da ingenuidade. Além disso, suas reflexões acerca de suas experiências em Guiné-Bissau demonstram sua influência pelo pensamento vieirista, pois o reconhecimento de que aquele povo encontrava com altas taxas de analfabetismo linguístico – legado da colonização portuguesa –, mas era sofisticadamente letrado do ponto de vista político (FREIRE, 1978), é a expressão da consciência crítica popular, mas sem a ilustração do conhecimento, ou seja, ainda que crítica, era uma consciência inculta.

Uma discussão pormenorizada das modalidades de consciência foge ao nosso escopo. A esse respeito o leitor pode conferir o já citado livro de Norma Côrtes (2003), na qual a autora se propõe a fazer uma exegese de “Consciência e realidade nacional”. Também foi elaborada por ela uma apostila didática (CÔRTEZ, 2020) cujo interesse principal foi elaborar uma breve introdução a essa obra de Vieira Pinto. A autora considerou as dificuldades que um leitor da obra poderia encontrar – pois além de ser composta por dois volumes que somam 1080 páginas, ela, bem como

outros livros do filósofo, encontra-se fisicamente disponível em poucas bibliotecas públicas ou sebos (GONZATTO & MERKLE, 2016). Acrescenta-se a isso o fato de que, desde 2005 e 2008, com a publicação póstuma de dois livros de Vieira Pinto, houve uma reviravolta em sua apreciação acadêmica. Todavia o que Côrtes tem percebido, e que gostaríamos de endossar, é que a obra desse filósofo tem sido reavaliada fragmentariamente.

Um dos pontos que pode demonstrar a *unidade da obra de Vieira Pinto* é exatamente a *concepção de consciência ingênua e crítica*. Ela emerge na conferência inaugural do ISEB, vertida no formato de livro como “Ideologia e desenvolvimento nacional”, de 1956; é sistematizada em “Consciência e realidade nacional”, de 1960; aparece enquanto temática em 1962 em dois opúsculos: “A questão da universidade” e “Por que os ricos não fazem greve?”; é abordada implicitamente por meio das “Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento”, de 1963; desempenha papel importante nas reflexões sobre a formação libertadora ou alienante de cientistas dos países subdesenvolvidos, em “Ciência e existência”, de 1969; aparece novamente em “*El pensamiento crítico en demografía*”, de 1973; é tratada também em “Sete lições sobre educação de adultos”; reaparece em “O conceito de tecnologia”, de 2005, através da denúncia da hipostatização da técnica, já abordada por ele como a coisificação de ideias enquanto traço do pensamento ingênuo; e em 2008, quando em “A sociologia dos países subdesenvolvidos” aponta o papel ingênuo ou crítico que pode desempenhar um sociólogo ante a realidade de uma nação subdesenvolvida, do vale das lágrimas. É importante ressaltar que desconsideramos o período intitulado por Gonzatto e Merkle (2016) de “1) Até os anos 1950: formação e posicionamento intelectual”; aqui fizemos apenas uma breve enunciação, nada minuciosa, de como as reflexões sobre a consciência coletiva da realidade nacional aparece nos principais textos de Vieira Pinto. Entendemos que sua concepção de *nacionalismo* também poderia ser apreendida como cumprindo esse papel de unificador de sua obra, bem como o *fazer decolonial* inerente à sua obra. Sobre a hipótese de considerar Vieira Pinto associado ao pensamento decolonial já publicamos alguns estudos (Referências omitidas para garantir uma avaliação cega).

Nada obstante uma discussão mais ampla sobre o estudo de sua obra foge ao foco deste estudo. Apresentaremos agora uma breve tematização do pedantismo, um dos traços de ingenuidade que acomete especialmente parte da parcela ilustrada da população.

PEDANTISMO COMO UM TRAÇO DA CONSCIÊNCIA INGÊNUA

A abordagem fenomenológica que Álvaro Vieira Pinto faz do pedantismo enquanto um traço da consciência ingênua inicia-se apontando as dificuldades metodológicas em realizar tal empreendimento. Referindo-se aos temas intelectuais e da cultura em geral, vários traços, ainda que distintos, foram agrupados por ele sob o conceito de pedantismo. Trata-se de um traço fundado na:

falsa compreensão do papel da consciência em relação à realidade a que está ligada, donde acreditar que da sua maneira particular de ser, das suas peculiaridades subjetivas, inclinações psicológicas e interesses pessoais é que devem derivar os modos de acordo com os quais desempenha a função intelectual (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 193).

Surgem daí inúmeras manifestações que caracterizam o comportamento pedante. Existencialmente tal traço surge junto às inteligências dos países semicoloniais, de acordo com o filósofo, pois nesse meio social, onde as possibilidades de ascensão aos graus mais elevados de ensino são raras, aquele que de fato realiza-as, se crê acima do vulgo e a partir daí passa a cumprir uma função oracular, entendendo que seu papel é “ser a mediadora do saber entre os centros estrangeiros universais² e a restrita e atrasada área nacional” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 196). Trata-se de uma ingenuidade extrovertida, pois sua finalidade é a conquista do respeito público, porém ainda que se esforce para sorver avidamente o saber estrangeiro, o pedante termina praticando certa desonestidade, pois “o intelectual semicolonial, que produz para exibir o que julga saber, é invariavelmente um misto de estudioso e charlatão” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 197).

Um exemplo das charlatanices em que pode incorrer encontra-se no uso que é feito das leituras em língua estrangeira. Tratando de mostrar-se conhecedor dos clássicos europeus, faz citações em grego e latim, ou então de alemão, muito em voga na época graças aos textos da fenomenologia e do existencialismo, e, de forma mais modesta, do francês. Tudo isso a partir de, não raro, um conhecimento inepto de tais idiomas, patenteado no uso de citações surradas, incerta ou penosamente traduzidas. Ele assim o faz para não passar nem perto de ser acusado de ler obras de segunda mão. Isso mostra sua interpretação da cultura e seu papel em relação a ela: “se a cultura está lá fora, o que há a fazer é trazê-la para dentro” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 198).

O pedantismo, como se vê, se manifesta na gana por assimilar a produção dos grandes expoentes estrangeiros e na demonstração canhestra desse conhecimento ante os humildes, intelectuais também ou não, da realidade subdesenvolvida, que

2 Leia-se europeus e estadunidenses.

não tiveram a mesma oportunidade que o pedante teve de acesso ao saber alheio. Vieira Pinto diferencia essa postura assimiladora da postura crítica chamada de “docilidade de espírito” que:

longe de se opor à aquisição da cultura internacional, se define pela utilização desta, a fim de criar a própria cultura, o que supõe a reflexão sobre os problemas peculiares à realidade do pensador e a elevação das proposições resultantes da compreensão deles no plano do saber universal (1960, vol. I, p. 201).

Temos dois comentários a fazer acerca deste trecho. Primeiro, para ampliar o entendimento sobre ele é necessário interpretá-lo lançando mão da categoria crítica de nacionalidade, abordada por Vieira Pinto no segundo volume do mesmo livro. Por outro lado, Vieira Pinto segue esta citação refletindo que o pedantismo é uma das faces da alienação cultural, fenômeno específico dos intelectuais dos países subdesenvolvidos. A esse respeito vale considerar aquilo que ele chama de *dialética da dominação*, que é útil para oferecer a explicação da colonialidade do saber. Segundo ele:

constitui-se entre as nações em etapas diferentes de desenvolvimento uma relação de consciências, que, tendo por correlato e condicionante, as modalidades do intercâmbio econômico e cultural entre elas, articula o influxo das mais adiantadas sobre as menores na forma de um complexo de ações de espoliação e imperialismo (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 144-145).

Em primeiro lugar é importante explicar que, ainda que usando termos do discurso econômico daquele tempo, isto é, que concebia o subdesenvolvimento e desenvolvimento em termos etapistas e lineares (o país passa do subdesenvolvimento ao desenvolvimento ao seguir os modelos metropolitanos), Vieira Pinto não se encaixa na crítica feita por Grosfoguel (2013) aos desenvolvimentistas. Segundo o pensador caribenho as concepções destes autores mais serviam para reforçar a feudalmania do que de fato prestarem à libertação nacional das peias do quadro subdesenvolvido. A feudalmania, segundo ele, é um dispositivo de distanciamento temporal que negava a coetaneidade entre a Latinoamérica e os chamados países europeus avançados. A negação da coetaneidade criava um duplo mecanismo ideológico; primeiro, escondia a responsabilidade europeia na exploração da periferia latinoamericana. A explicação é simples: por não compartilharem o mesmo tempo histórico, e existirem em diferentes espaços geográficos, os destinos de cada região foram concebidos como independentes entre si e não relacionados uns aos outros, conforme de fato se verifica. Em segundo lugar, vivendo estas supostas diferentes temporalidades, a Europa era caracterizada como estando num estágio mais avançado de desenvolvimento ante a Latinoamérica, atrasada, justificando, assim, com ares de uma ciência econômica, a noção da superioridade

européia. A Europa era concebida como o modelo a ser seguido e o objetivo desenvolvimentista era apreendê-lo, culminando naquilo que Dussel chama de “falácia desenvolvimentista” (2012, p. 87n).

Vieira Pinto, ao lançar mão da categoria crítica da totalidade (1960, vol. II; 1969; 2005) foi capaz de apreender que o subdesenvolvimento do Brasil era resultado do desenvolvimento dos países do Norte global. Desenvolvimento e subdesenvolvimento crescem irmanados, ainda que em caráter contraditório, pois o desenvolvimento, a riqueza e a opulência da Europa foi construída pelo suor e sangue dos índios, negros e asiáticos explorados pelo colonialismo e pelo imperialismo clássico (FANON, 2005). Por sua vez, seguindo a mudança do polo do poder mundial na direção “ocidental”, os Estados Unidos alçaram-se à condição de maior potência mundial ao longo do século XX³ através da exploração das centenas de países do globo em que realizaram incursões militares ou golpes brandos (ANDERSON, 2015; FICO, 2008; KORYBKO, 2018; MORAES 2011). Vieira Pinto estabeleceu inclusive que a luta contra o imperialismo constituía a principal contradição do país (1960). Além disso, ele próprio realizou críticas que podem ser endereçadas à falácia desenvolvimentista (2005, vol. I, p. 227; 2008, p.174), por isso ele supera qualquer possibilidade de concebê-lo como um desenvolvimentista, nos termos a que se refere Grosfoguel.

Por outro lado, e agora dizendo em poucas palavras, o Brasil tende a manter-se em condição de subalternidade econômica, exportando matérias-primas, hoje chamadas de maneira excelsa de comódities, e bens alimentícios com baixo processamento industrial. Tudo isso ao passo em que importa produtos beneficiados tecnicamente, tecnologias e bens culturais (incluindo as teorias que explicam sua condição): temos aqui uma troca desvantajosa e que culmina na recepção, por parte dos intelectuais, de uma cultura alheia à nossa realidade.

Estas reflexões são importantes para explicar o porquê da condição subalterna do Brasil e das vicissitudes dos conhecimentos que aqui florescem: ou são tidos como flores selvagens, sem valor algum, como é o conhecimento popular, ou então são as sensabores, incolores e cheias-de-mal-odores produções dos pedantes, desconectados de sua realidade e, infelizmente para eles, desprezadas nos altos círculos do conhecimento. O pedante longe de investir contra esse quadro, atacando em suas raízes, ou seja, a condição subdesenvolvida do Brasil, prefere contentar-se em cumprir a inócua e estéril função já citada de mediador do saber.

3 Não seria fora de propósito registrar que nas duas primeiras décadas do século XXI acirrou-se o processo de disputa em torno da hegemonia mundial entre a China e os Estados Unidos, em prejuízo dos ianques. Segundo Grosfoguel: “a China se constitui, a partir de agora, como o novo centro hegemônico de economia capitalista mundial. Os Estados Unidos caíram, perderam este lugar” (2020, p. 324).

Continuando na exposição da analítica vieirista do traço da ingenuidade pedante, o filósofo afirma que “é possível dizer que o pedantismo da consciência em demonstrar vasto cabedal de conhecimento não é senão a indumentária intelectual para comparecer à festa alheia” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. I, p. 203), isto porque ele trata o saber que recebe do estrangeiro como um paramento para a festa do saber universal. Vieira Pinto encerra seu exame do pedantismo a partir da distinção entre a concepção ingênua e a crítica das limitações que o meio pode ter para o exercício da liberdade pessoal ou da libertação da comunidade.

Entendemos que esta recapitulação do esforço inicial de Vieira Pinto é importante, pois oferece-nos a base para entender os demais traços que iremos descrever a seguir. De uma maneira ou de outra cada um desses traços se refere ao pedantismo, todavia sua explicitação e analítica à luz da sua manifestação na atualidade é importante, porque torna concreto, através da denúncia de seu apresentar-se, as mazelas da consciência ingênua para a prática científica.

Passemos agora à efetiva enunciação e analítica de um traço da consciência ingênua na prática científica atual, que chamaremos de “anglosaxofilia”. Desde já salientamos que não realizamos uma fenomenologia minuciosa, à maneira dos esforços originais de Vieira Pinto. Por outro lado, considerando a importância de uma nota prática nos esforços decoloniais, realizaremos uma breve explicação e propostas de superação crítica a partir da consideração da manifestação da colonialidade nestes traços.

ANGLOSAXOFILIA

Com este termo nos referimos à adoração exagerada, quase mística, às produções científicas de língua inglesa. O uso que damos a este termo, unificando-o ao invés de utilizarmos o hífen, foi feito para que não fosse tomado, conforme sua escrita original, como restrito aos países americanos cuja língua hegemônica é o inglês e que guardam laços históricos, étnicos e culturais com o Reino Unido. Salientamos que consideramos aqui, nessa realidade geopistêmica, os saberes, práticas e artefatos provenientes especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra. A ciência e os produtos destes países são apresentados ao resto do mundo como o modelo a ser alcançado pelos técnicos e pesquisadores, pois a ciência lá alcançou um patamar muito superior de excelência. O domínio do vernáculo inglês, por isso mesmo, é apresentado como exigência básica para o nosso tempo, podendo excluir alguém do mercado de trabalho, pois é um diferencial importante, ou então da vida acadêmica, pois em muitos cursos e disciplinas científicas as traduções de materiais estrangeiros, ou produção nacional inovadora, são escassamente encontrados. Por outro lado, outra exclusão possível é em relação à pós-graduação, onde a literatura

mais recente é tomada como sinônimo daquela vertida em língua inglesa. Por isso o domínio dessa língua se apresenta como barreira para o acesso de muitos à pós-graduação *strictu sensu*.

Muitos campos encontram-se povoados pelos “anglosaxofílicos”. Passá-los em revista é algo impraticável em um texto de tão curta extensão. Para ilustrar sua manifestação concreta, nada obstante, podemos citar alguns casos no âmbito da psicologia. Nas produções vinculadas à neuropsicologia, à avaliação psicológica ou às abordagens mais pragmáticas, como a terapia cognitivo-comportamental, o domínio do inglês é tratado como competência fundamental para acessar os textos da literatura mais atualizada e os instrumentos “padrão-ouro”, que bem melhor poderia ser expresso através do termo “padrão-dólar”. O anglosaxofílico endeusa a produção estrangeira e sente-se feliz em apresentar em suas palestras e aulas a experiência em programas de estudos que fez na *whatever institution* do exterior. Ter estudado fora consagra-o, aos seus olhos e aos de seus pares, como um *researcher* de potencial internacional, já que não raro volta de lá com parcerias mais falaciosas do que realmente benéficas e fecundas para a sua produção científica.

De fato, é possível, *objetivamente*, perceber grandes avanços científicos, progressos e atuais, oriundos do lugar geopistêmico anglo-saxão: a história da ciência demonstra certa “vantagem tecnológica” da Inglaterra ante outras nações desde a assim chamada “Revolução Industrial”⁴. Tal vantagem é percebida ainda hoje, ainda que tenha sido ofuscada pela proeminência dos Estados Unidos como o país-centro de inovações tecnológicas e pesquisas de ponta⁵. Nada obstante, o uso da categoria objetividade isoladamente é insuficiente para o pensar crítico. É preciso considerar a realidade em sua *historicidade*, entendendo que a hegemonia científica anglosaxã não é *dada pela realidade*, mas *feita através dos tempos*. Foram necessários dois séculos e meio pelo menos de colonização, e todos seus advindos, para que os ingleses se alçassem à “liderança” tecnológica conquistada pela dominação dos povos colonizados. Os estadunidenses, por sua vez, tiveram que, após lutarem pela sua independência, apropriar-se do trabalho alheio por várias décadas até conseguirem destacarem-se da condição de subalternidade colonial e se tornassem uma nação imperialista. Eis-nos aqui em face à *totalidade* da hegemonia geopistêmica e política anglosaxã.

No campo de pensamento crítico a *totalidade* se refere à operação de apreensão que “considera qualquer problema particular da realidade sob o ângulo de percepção do todo de que participa e que o engendra” (VIEIRA PINTO, 1969, p. 327). O processo histórico-social das sociedades anglosaxônicas explica os motivos

4 Para um exame realista dessa falaciosa narrativa eurocêntrica, remetemos o leitor a Dussel (2012).

5 Que por sua vez hoje vê seu poderio de principal potência mundial ser ultrapassado pela China, conforme já aludimos acima.

objetivos que as fizeram se desenvolverem de forma desigual às sociedades do Sul global. Vale citar aqui Frantz Fanon, quando diz que “o bem-estar e progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos” (2005, pp. 116-117). É a miséria indiana, a opressão dos chineses impostas pela “Guerra do Ópio”, o ouro e o sangue sul-africano, todos estes e outros processos históricos de desenvolvimento de si às custas do subdesenvolvimento do outro que explicam a hegemonia inglesa. Por sua vez, os Estados Unidos nutriram-se não apenas do trabalho para si de seu povo, mas também da drenagem econômica engendrada pelo imperialismo, depois pelo neocolonialismo que assolou a África pós-descolonização e atualmente pelos resultados das guerras híbridas empreendidas por eles. De operativo descrito por Andrew Korybko (2018), tratam-se de mecanismos bélicos que congregam revoluções coloridas e guerras não-convencionais. A título de digressão chamaremos a atenção do leitor para três coisas. Primeiro que os procedimentos descritos por Korybko foram presenciados naquelas que foram denominadas “revoluções coloridas”, cujas cores, na verdade, são o azul, vermelho e branco. O segundo ponto é que o Golpe de Abril de 2016, que derrubou da presidência Dilma Rouseff, trata-se do mesmo processo aplicado ao Brasil, tudo isso motivado especialmente pela “praga do petróleo”. É preciso recordar também que um conjunto similar de procedimentos também já foi visto por nós, porém no Golpe de 64, que interrompeu de forma quase letal nossa busca pela libertação. Dizemos quase, pois a libertação nacional é uma esperança inseparável daqueles que sofrem o jogo colonial. Por fim, citamos a relevância de se considerar como ainda perdura o uso das táticas de guerra híbrida no contexto da nossa realidade nacional hoje (E. Pinto *et al.*, 2019).

Perry Anderson (2015) afirma que historicamente diversos governos dos Estados Unidos, basearam-se largamente em uma ideologia que se expressa, em primeiro lugar, na noção de segurança nacional e, em segundo lugar, em uma crença fundamentalista-cristã de grande narcisismo de levar a palavra de Deus, a liberdade e a democracia ao mundo. Justificando-se aos olhos do mundo e de seus cidadãos a partir desses dois discursos, realizaram diversos expedientes imperialistas, militares, culturais e econômicos para saciar a sede do único deus adorado por eles: – o acúmulo de dinheiro –. As mãos de muitos ianques estão manchadas de sangue por práticas que vão desde a derrubada de ditadores para dar o cratos, poder político, àqueles também ditadores, todavia dóceis aos seus interesses, passando pelos conflitos bélicos diretos, embora assimétricos e avassaladores, para a imposição de seus interesses geopolíticos, até o assassinio covarde de milhares de civis.

Esse quadro, de parasitismo, espoliação e rapinagem do mundo pobre, é que compõe a *totalidade* geopolítica explicadora a proeminência da ciência anglosaxã. Seria útil lançar mão da *dialética da dominação*, explicada por Álvaro Vieira Pinto

(1960, vol. II, p. 145) e que nos permite entender a passagem das relações econômicas à influência cultural.

Os países subdesenvolvidos exportam seus bens materiais, sempre o mais próximo possível de matéria-prima⁶, que hoje são chamadas excelsamente de commodities, e, ato contínuo, importam diversos bens manufaturados, produtos tecnológicos de ponta, ou então de inovação moderada, e bens culturais, indo desde a indústria cultural até as teorias científicas, doutrinas filosóficas, técnicas etc. Por meio dessa troca desigual o Norte global alça-se à opulência, enquanto o Sul amarga em deploráveis condições de existência, pois o preço das matérias exportadas pelo Sul são exponencialmente mais baratos que as importadas por eles.

Nosso olhar para esta realidade não deve ser apenas motivado pela defesa dos oprimidos do mundo através do compadecimento pelas suas condições, mas também tem que buscar *racionalmente* a representação desta realidade. Nós somos os primeiros a apontar a justeza da raiva ante essa situação, da raiva digna que falava Paulo Freire (2017). Entretanto é preciso, afirma Vieira Pinto;

sentir com a mais viva emoção, com a veemência justificada pelas situações, as reações de indignação ou de entusiasmo, os ímpetos de ação e luta, as paixões e as esperanças, e incluir todos esses estados na consciência, sem deixá-la cair no plano da ingenuidade (1960, vol. II, p. 52).

O que nos convoca a uma postura racional ante à realidade nacional. Há que se considerar a própria *atividade* conforme performada nos países anglosaxônicos e nos países subdesenvolvidos. Nos países que alcançaram o posto de dominação colonial-imperialista a prática científica, além de produzir novos conhecimentos, retroage sobre a consciência do pesquisador, engendrando não apenas ideias para o novo saber, pois a verdade científica nova é baseada no tornar obsoleta ou falsa a ideia científica que vigeu até então, mas também é facultada uma mentalidade dominadora e predadora dos conhecimentos e da ciência do país oprimido. É um grande erro tomar as relações entre países como sendo similares às relações das bolas de bilhar, como cada nação sendo uma esfera cerrada em si mesma; na verdade os estudos globais devem considerar a complexidade de relações históricas, sociais, culturais e econômicas que influenciam o ser nacional (CHENOU & QUILICONI, 2020). Aqui podemos empregar a expressão “ecologia de saberes”, escolhida a dedo, ainda que peçamos de imediato perdão ao leitor pelo emprego de um conjunto de

6 Vieira Pinto realizou uma reflexão interessante e de grande relevância sobre as políticas de exportação desse gênero. Ao exportar as matérias-primas, o país subdesenvolvido envia ao exterior o trabalho virtual que poderia ser executado sobre ela. Portanto trata-se de uma política de desemprego à própria nação. Desemprego, pobreza e de manutenção do subdesenvolvimento, pois assim é fundamentada a dialética da dominação. O país depois comprará, pagando muito mais caro, aquela matéria manuseada e incrementada produtivamente e tecnologicamente na forma de um produto (1960, vol. II, pp. 434-444).

concepções de cunho biologista e por isso com reduzidas possibilidades para explicar a realidade histórico-social, para expressar esse processo em que os cientistas do Sul global enfrentam certa subalternidade predatória. Este é um processo que merece ser minuciosamente desvelado, entretanto entendemos que, embora equivocada porque reducionista, iteramos, esta metáfora permite-nos apontar que a partir do momento em que o Norte global alça-se à posição de direção e dominação mundial, e a esse respeito as reflexões de Dussel (2012) são importantes para explicar este processo, permite-nos apontar que a partir daí os conhecimentos do Sul são abatidos sob a justificativa de serem regionais, não rigorosamente científicos ou ideologias. Os pensadores do Sul, então, devem contentar-se na posição de assimiladores do pouco que lhes é oferecido, que é a subalternidade daqueles que agem como “tabeliões das ideias”, conforme a metáfora de Vieira Pinto (2005, vol. I, p. 46).

Ao invés de importar o conhecimento do estrangeiro, o pensador do país subdesenvolvido deve importar-se com o conhecimento que realmente importa: aquele construído junto com o povo e para alcançar as finalidades do povo de humanização de suas condições de existência (VIEIRA PINTO, 1962); nisso consiste a contribuição dos cientistas e das cientistas à *libertação nacional*⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claro está que a anglosaxofilia é resultado de uma apreensão primária e despreparada da realidade científica brasileira e ante a hegemonia anglosaxã. Além do reconhecimento da genealogia deste quadro assimétrico, é preciso um processo de decolonização do saber para a sua verdadeira e radical superação (MALDONADO-TORRES, 2018; MIGNOLO & WALSH, 2018).

Se nesse trabalho não discutimos profundamente a anglosaxofilia, pelo menos cremos ter enunciado o essencial de sua manifestação. Discutir os traços de ingenuidade que se manifestam na consciência daqueles que exercem a prática científica em nossa realidade atual é importante. Trabalhos mais amplos e sistemáticos devem ser feitos a esse respeito, ainda que considerando a complicação inerente à investigação da consciência ingênua⁸. É preciso sempre visar uma repertorização

7 Por fim cremos ser importante remeter o leitor ao livro de Paulo Martins, “Teoria crítica da colonialidade” (2019), em que é discutida a colonialidade ínsita no uso de inglês como a “língua universal” da ciência. O que de fato tal crença tem concretizado é a universalização da colonialidade, cuja liderança encontra-se empunhada não mais pela missão civilizatória europeia, e os britânicos tiveram grande parte nisso, mas pelo baluarte, não menos hipócrita e ideológico, da “democracia” e da “liberdade” que defende a globalização benéfica aos interesses econômicos estadunidenses.

8 Inclusive já vislumbramos quatro outros traços que logo serão tratados em uma publicação: absolutização de sua concepção, transplantação conceitual inepta, saber pelo saber e Modelo Uspiano que Deu Errado (MUDE), este último elaborado especialmente a partir das reflexões de André Luís Mendonça (2017).

que permita medidas objetivas com vistas à superação de tal quadro de uso ineficaz da ciência na realidade subdesenvolvida. Nosso intuito não é trazer nenhuma depreciação de cunho moral aos nossos cientistas e professores universitários. Nesses tempos de ataque à ciência, é preciso, pelo contrário, reconhecer seu valor. Todavia uma abordagem denunciadora das ingenuidades que muitos incorrem é importante para colocar a ciência brasileira no rumo adequado para cumprir sua função. Para isso é demandada outra ciência: crítica e decolonizada.

Para nosso país, o próprio estado atual da sociedade forma a base para a nova ciência a ser adotada. Por assim dizer a ciência nova é imposta, pois os fatos humilhantes aí estão, mostrando o caminho das ações materiais que deverão suprimir essa realidade de descrédito científico, de pesquisas que se resignam a descobrir o óbvio e a depreciação social dos docentes universitários, acadêmicos e pesquisadores. Mas mais do que isso, essa realidade em que nosso povo não recebe devidamente os advindos da ciência que eles próprios financiam. A ciência antiga, que permitiu que tal quadro surgisse e se conservasse, deve ser extinta, e uma nova figura de cientista e de docente universitário deve surgir.

O povo brasileiro tem fome. Os povos dos países subdesenvolvidos, tanto os seus nativos, quanto os diaspóricos, ainda que em menor proporção, têm fome. Por isso há que se preocupar com sua alimentação. Que deixemos aos confins da história do subdesenvolvimento uma produção desconexa à nossa realidade para preocuparmo-nos efetivamente com a resolução das contradições principais em que amargam os oprimidos da terra.

A grande maioria daqueles que têm acesso a este singelo texto que hora se des-cerra provavelmente não foram “testemunha de estômago” do que seja a fome. Por isso é permitida certa rebeldia ao que há na pista de alimentação: que recusemos os miúdos metafísicos europeus e a os enlatados pragmáticos estadunidenses; essas comidas não nos apetezem. Eles fazem mal à nossa saúde intelectual e política, por isso a prescrição do momento é uma dieta anticolonialista à base das nossas raízes (MENDONÇA, 2019).

Com isso cremos estar patente a relevância de se reacender o debate travado entre Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes sobre a ciência sociológica, ainda que em outros termos e distendido às outras ciências; devemos buscar uma ciência com funcionalidade nacional ou uma ciência enlatada, cosmopolita, como a que aí temos e que vez ou outra dá seus parques frutos?

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, pp. 89-117, 2013.

CHENOU, J. & QUILICONI, C. Estudios globales: contribuciones latinoamericanas en un mundo globalizado. *Colomb. int.* v. 102, 2020, pp. 3-21.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

CÔRTEZ, N. *Esperança e Democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

CÔRTEZ, N. *A (des)razão despreparada: o ser-no-mundo do homem ordinário segundo a fenomenologia da "consciência ingênua" de Álvaro Vieira Pinto*. Notas para a divulgação de Consciência e Realidade Nacional, volume I (1960). Apostila didática. RJ: Artes do tempo, 2020. Disponível em <https://ufrj.academia.edu/NormaCortes>.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FICO, C. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo- o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

GONZATTO, R.; MERKLE, L. Vida e Obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 69, set. 2016, pp. 286-310.

GROSGUÉL, R. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. *REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais*, v. 3, n. 2, 2013.

GROSGUÉL, R. Geopolítica, capitalismo global e o impacto da pandemia da covid-19 no mundo. [Entrevista concedida a Angela Figueiredo]. *Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais*, v. 3, n. 1, 2020.

KORYBKO, A. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Em: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N. & GROSGOUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 27-53.

MARTINS, P. *Teoria crítica da colonialidade*. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019.

MENDONÇA, A. Manifesto da Filosofia Pau-Brasil: da Filosofia na Ágora à Filosofia de Agora. E de Volta para o 'Futuro Passado'!. Em *Construção*. ano 1, n. 1, 2017, pp. 106-122. DOI:10.12957/emconstrucao.2017.28127.

MENDONÇA, A. Dieta anticolonialista à base das nossas raízes: miúdos metafísicos europeus e enlatados pragmáticos americanos fazem mal à saúde. *Especiaria-Caderno de Ciências Humanas*. v19, n.34, jan/jun. 2019.

MIGNOLO, W. & WALSH, C. *On Decoloniality: concepts, analytics and praxis*. Durham: Duke University Press, 2018.

MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOURA, D. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, Natal, v. 2, 2007, pp.1-27. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 14 abr. 2017.

PINTO, E. et al. A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54, 2019, pp. 107-147.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: B. SANTOS & M. MENESES (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 84-130.

SANTOS, M. *Filosofia da Crise*. São Paulo: É Realizações, 2017.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 12, n. 32, jan./abr. 2007, pp. 152-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

VIEIRA PINTO, A. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

VIEIRA PINTO, A. *Consciência e realidade nacional*. 2 v. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

VIEIRA PINTO, A. *Por que os ricos não fazem greve?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

VIEIRA PINTO, A. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1962b.

VIEIRAPINTO, A. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, ju1. 1963, pp. 252-279.

VIEIRA PINTO, A. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIEIRA PINTO, A. *El pensamiento crítico en demografía*. Santiago do Chile: CELADE, 1973.

VIEIRA PINTO, A. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1982.

VIEIRA PINTO, A. *O conceito de tecnologia*. 2 v. São Paulo: Contraponto, 2005.

VIEIRAPINTO, A. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.